

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NOVO BANCO DE
DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE
PRESIDENCIAL DE DILMA ROUSSEFF NO NBD**

SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE NEW BANK OF DEVELOPMENT: AN
ANALYSIS OF THE INAUGURAL SPEECH OF DILMA ROUSSEFF AT NBD

Kimberlly Eduarda Dantas Xavier ¹
Universidade Federal do Tocantins

Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider ²
Universidade Federal do Tocantins

Resumo: Este artigo tem como objetivo delinear quais são os impasses da aplicabilidade do desenvolvimento sustentável nos países membros do BRICS e analisar o discurso de posse da presidente eleita do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), Dilma Rousseff, de forma a relacionar estes impasses com o fomento de mudanças do discurso, paralelamente aplicando as estratégias discursivas de legitimidade formuladas por Patrick Charaudeau (2006).

Palavras-chave: Política Externa; BRICS; Novo Banco de Desenvolvimento; Dilma Rousseff.

Abstract: This article aims to outline what are the impasses in the applicability of sustainable development in BRICS member countries and analyze the inauguration speech of the elected president of the New Development Bank (NDB), Dilma Rousseff, in order to relate these impasses with the promotion of changes in discourse, applying the discursive strategies of legitimacy formulated by Patrick Charaudeau (2006).

Keywords: Foreign Policy; BRICS; New Development Bank; Dilma Rousseff.

Submetido em 13 de junho de 2024.

Aprovado em 22 de junho de 2024.

¹ Graduanda do Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: kimberlly.eduarda@uft.edu.br.

² Doutora em Linguística Aplicada, Professora do Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Tocantins (UFT, Email: mschneider@uft.edu.br

Introdução

De forma a se contextualizar, a política externa é um conjunto de medidas, decisões e programas utilizados pelo governo de um país, visando um direcionamento acionário das suas políticas no plano internacional, caracterizando-se pela busca da aproximação política e cultural para garantir a consecução de objetivos e interesses do país ao implementá-las no exterior. Nessa lógica, são estabelecidos diálogos por meio de negociações e acordos, sejam bilaterais – relações com um país específico - ou multilaterais – por meio da cooperação entre três ou mais atores internacionais.

Para uma política externa ocorrer leva-se em consideração tanto as implicações da política doméstica do país, interesses e valores, quanto o cenário internacional vigente, com as instituições internacionais e demandas. Segundo Russel (1990), a política externa se configura em três dimensões: político- diplomático, militar-estratégica e econômica. Essas categorias se projetam no âmbito exterior entre os atores e organizações internacionais que se moldam no sistema internacional.

Dessa forma, a seguir propõe-se apresentar, por meio de uma revisão bibliográfica, a política externa administrada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995- 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Crivando as diferenças da PEB ³entre os mandatos de forma a fazer uma retrospectiva do Brasil no cenário internacional.

Ao levar em consideração que o primeiro período mandatário em que Fernando Henrique Cardoso governou como Presidente do Brasil compreende de 1995 a 1998, e que subsequentemente, pôr meio de uma reeleição, geriu de 1999 a 2002, destaca-se que em relação à política externa de seu governo gerou-se de certa forma, um saldo positivo de elevado patamar internacional ao se formar por meio das mudanças significativas que ocorreram no âmbito interno.

As referidas alterações internas moldaram uma postura que visava a estabilidade monetária, a responsabilidade fiscal, construções de redes de proteção social na área da educação e saúde, e aumento do escopo econômico internacional. Desse modo, segundo

³ Política Externa Brasileira

Lafer (2018), essas mudanças na dimensão nacional possibilitaram um maior alargamento de relações no contexto global, sendo parte do plano internacional de FHC. A partir disto houve a criação de um novo conceito de diplomacia, chamada de Diplomacia Presidencial. Esta diplomacia permitia que o presidente exercesse um maior papel na elaboração da política externa brasileira, reduzindo o papel ativo do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ressalta-se que FHC conseguiu alcançar um nível de Universalismo que expandiu o Brasil para o contexto internacional, permitindo, para tanto, uma política externa fincada em quatro campos de atuação:

“[...] possibilitar a integração regional, com o aprofundamento do Mercosul; diversificar os parceiros para as relações bilaterais; criar condições para o desenvolvimento de acordos multilaterais, a partir do apoio de organizações internacionais, em particular a OMC; buscar a elevação do Brasil à condição de potência internacional, tornando-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU” (VIZENTINI, 2003:94 apud SIMÃO, 2009, p. 4).

A aplicação desse novo plano internacional gerou resultados adversos, ao passo que na época mostrou-se como uma inflexão política, pelo motivo de possuir a visão da conquista do espaço autônomo valorizador da relação e cooperação Sul-Sul (CSS) a fim de fortalecer os interesses dos países emergentes, e que afinal não prevaleceu pois houve uma submissão do país aos interesses das potências dominantes sobrepujando, portanto, os interesses nacionais.

Subsequentemente, após FHC, em 2003 houve a eleição de um novo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva – que também perdurou por dois mandatos até 2011.

A política externa do Governo Lula, objetivava principalmente a participação do Brasil em negociações multilaterais, possuir uma soberania econômica nacional e adotar políticas de determinados setores de desenvolvimento para que fosse além das alianças formadas por meio dos grupos G-20⁴ e G-3⁵. Visando ainda o propósito de adquirir

⁴ O Grupo dos Vinte é um fórum econômico informal constituído por 19 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Arabia Saudita, Austrália, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, República da Coreia, Reino Unido, Rússia e Turquia. E pelo bloco econômico: União Europeia.

⁵ É formalmente chamado de Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), que visa o desenvolvimento econômico e estratégico trilateral.

alianças estratégicas e um ativismo diplomático não só na América Latina, mas também no restante do mundo.

A cooperação Sul-Sul surgiu a partir de 1950 e promove a autonomia dos países em desenvolvimento. No Governo Lula, a CSS trouxe novas dimensões e funcionalidades para a PEB, sendo dinamicamente mais acionária. Como visto:

“A principal diferença do governo Lula da Silva em relação aos períodos anteriores reside no fato de que a cooperação Sul-Sul ganhou maiores condições de operacionalização e se tornou o pano de fundo da ação brasileira nas esferas das relações bilaterais, inclusive com os Estados Unidos, e também no âmbito do regionalismo e do multilateralismo, assim como em ações específicas do Brasil na área de comércio internacional, defesa, meio ambiente, entre outras.” (MARIANO et al., 2015, p.4).

Sendo assim, essas transformações se solidificaram com a aplicabilidade da nova dimensão da política externa juntamente com o alinhamento da política doméstica fazendo uma retomada do crescimento econômico por meio do controle da dívida externa e a ampliação do comércio interno nas reservas internacionais e fluxos comerciais do Brasil (MARIANO et al., 2015). Ou seja, houve a redefinição das alianças estratégicas e o reposicionamento do país no plano global. Em resultado dessas alterações, no Governo Lula, houve a criação do BRICS e do G-3 como mecanismos de cooperação econômica multilateral, e também o fortalecimento do processo de integração do MERCOSUL, em respaldo da criação de mais alianças.

No período que se compreende de 2011 a 2016, Dilma Vana Rousseff assumiu como a primeira Presidente mulher do Brasil, cumprindo o cargo por dois mandatos, sendo que no segundo (2014 – 2016) foram exercidos apenas dois anos, por ter sido destituída do cargo por meio de um impeachment. A atuação do Governo Rousseff na política externa brasileira, foi pautada na continuidade dos projetos domésticos e externos já existentes deixados anteriormente pelo Governo Lula, o que gerou um aguardado desempenho de permanência ou até melhoria na atuação da PEB na agenda internacional.

Porém, foi perceptível que essa expectativa não foi suprida ao passo que não houve um real avanço nos projetos. Desse modo, foi categorizado como um desempenho de retrocesso, pois ocorreu uma inexistência de ideias e conceitos operacionais capazes

de gerar uma movimentação de caráter societário e estatal através da aplicação de estratégias no âmbito externo (CERVO; LESSA. 2014 apud RIBEIRO, 2017, p.5).

Diferentemente da diplomacia presidencial criada no Governo FHC e utilizada por Lula, essa ferramenta diplomática que conduz à debates estratégicos de um ativismo da política externa não foi utilizada por Dilma Rousseff, que se manteve de forma impessoal nesses parâmetros, ainda mais quando se tratava de reuniões com participações de líderes de outros países. Dessa forma, a pouca participação do Brasil em reuniões internacionais demonstrou que o Governo Dilma foi menos atuante do que o seu antecessor. Essa pouca atuação no campo internacional, levou o Brasil a sofrer um declínio de participação dentro do bloco BRICS, que realocou o protagonismo relegado até então ao Brasil para a Rússia e a China. Com essa mudança de eixo principal houve a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em 2014 na IV Cúpula dos BRICS, se tornando o banco do bloco (NETO, 2016, p.18).

Apesar das negativas, a política externa de Dilma Rousseff teve alguns pontos positivos, como a reaproximação com os Estados Unidos e o reforço no tema pautado diversas vezes sobre a questão dos direitos humanos. Pontos estes que permearam nos dois mandatos em meio a defasagem da política externa ao se comparar com as dos governos anteriores.

Tendo esses fatores em vista, ao longo deste artigo serão delineados quais são os impasses da aplicabilidade do desenvolvimento sustentável nos países membros do bloco cooperativo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de forma a relacioná-los com o fomento de mudanças no discurso de posse da nova presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), Dilma Rousseff, ocorrido em 2023 na sede do banco em Xangai na China.

1. BRICS: da criação ao desenvolvimento sustentável no novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

Em 2001, o economista-chefe do grupo financeiro multinacional Goldman Sachs, Jim O'Neil, formulou a ideia do BRIC com o propósito de ser um grupo de cooperação

econômica de países emergentes que visasse o desenvolvimento econômico conjunto. No ano de 2006 as nações do grupo, Brasil, Rússia, Índia e China se agruparam de forma propriamente dita, anexando suas políticas externas ao grupo, sendo que até então os BRICs não estavam reunidos em um mecanismo que permitisse uma maior articulação interna. Para tanto, somente em junho de 2009 o bloco iniciou-se oficialmente, durante a I Cúpula de Ecaterimburgo na Rússia, elevando a sua interação política a outro patamar. Desse modo, para analisar o grupo de forma compreensível são levadas em consideração três dimensões: conceitual, institucional e simbólica. Como observado a seguir:

“Na conceitual, BRIC é uma ferramenta analítica que auxilia a compreensão das mudanças em curso na ordem internacional, na qual os países do “Sul” passam a ter papel cada vez mais relevante na dinâmica do crescimento econômico global e nos rumos da política internacional. A dimensão institucional refere-se ao próprio grupo, suas reuniões, temas discutidos e acordos celebrados. A dimensão simbólica, a mais analisada no presente texto, aproxima-se da dimensão conceitual, mas vai além; nesta dimensão, o acrônimo é capaz de ser um multiplicador de força dos projetos de política externa de cada país” (RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. de, 2015, p.277).

Nessa linha, é visível que as instâncias dimensionais que se uniram para formar o grupo, foram de caráter essencial para moldar as relações de uma geopolítica diferente das existentes. Durante a III Cúpula da organização, especificamente em 2011, a África do Sul entrou para o grupo. A adesão do país foi considerada um novo passo na cooperação “Sul-Global” que visa uma nova ordem econômica internacional, e após a tramitação da entrada, o bloco passou a se chamar BRICS com “S” maiúsculo (STEVANATO, 2016)

Ressalta-se que o BRICS não é considerado um bloco econômico como sujeito jurídico de direito internacional como Mercosul ou a União Europeia (UE), por este ser de caráter informal e sem um documento constitutivo, nem secretariado fixo ou fundo financeiro, ou seja, um grupo que se sustenta através da vontade política dos membros. O conjunto tem em seu espaço, aberto para os participantes, os seguintes itens: diálogo, identificação de convergência, concertação em relação a diversos temas, ampliação de contatos e cooperação em setores específicos. (IPEA, 2014).

Sendo assim, compreende-se que o BRICS surge por meio da busca pelo desenvolvimento conjunto de países emergentes, da redução da dependência de Instituições Internacionais como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e juntamente da necessidade de alianças multilaterais para formar

uma coalizão de forças no plano internacional. Desse modo, será analisado a seguir o desenvolvimento sustentável em um breve parâmetro comparativo dos países-membros do BRICS.

No ano de 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, na qual pela primeira vez na história os países se reuniam com o propósito de discutir os impactos da industrialização acelerada na lógica do consumo global que conseqüentemente agia no meio ambiente. Posteriormente nesse sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987 no Relatório Brundtland formulado pela diplomata e médica Gro Harlem Brundtland, então presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Brundtland (1987) “Desenvolvimento sustentável significa suprir as necessidades do presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprirem as próprias necessidades.”

Desse modo, nesta conferência foi formulada a Declaração de Estocolmo, que definia 26 princípios com o objetivo de descrever as responsabilidades norteando políticas ambientais futuras, sendo necessárias mudanças que levassem à busca pelo equilíbrio social, ambiental e econômico, o que, portanto, gerou o Desenvolvimento Sustentável.

A segunda reunião sobre o meio ambiente organizada pela ONU, a chamada ECO-92, foi sediada no Brasil em 1992. Na qual, foram adotadas medidas de desenvolvimento sustentável sobre os padrões de consumo, proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento de tecnologias a fim de reforçar a gestão ambiental dos países (IPEA, 2009). Essas ações foram implementadas na Agenda 21 - plano de ação assinado pelos 179 países presentes na conferência. Dessa forma, ao passo que se reconhece a importância da aplicabilidade do desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos, movem-se políticas públicas para se fazer possível.

Segundo Cavalcanti (2018), o desenvolvimento sustentável aplicado pelos países dos BRICS contrapõe idealmente quando o assunto é economia verde ⁶como, por

⁶ Economia Verde é uma alternativa ao modelo econômico dominante que vivemos atualmente, o que exacerba as desigualdades, incentiva o desperdício, desencadeia escassez de recursos e gera ameaças ao meio ambiente e à saúde humana. (PNUMA, s/d)

exemplo, ao passo que o Brasil e a África do Sul acatam o desenvolvimento sustentável, a Índia e a China focam na industrialização e no desenvolvimento financeiro, formando-se para tanto, uma disparidade de objetividade, como visto a seguir.

No Brasil, mesmo com dificuldades relacionadas ao planejamento estratégico e estrutural, desenvolveu-se a promoção de políticas de preservação e desenvolvimento ambiental, como, por exemplo, o estímulo governamental de uso de energias renováveis - hidrelétricas e biocombustíveis - representando 40% do abastecimento de energia do país. Ou seja, ainda é preciso que o Brasil alcance o equilíbrio político para a aplicação total do desenvolvimento sustentável.

Na Rússia apresenta-se um nível de desenvolvimento baixo em relação à adoção política de sustentabilidade em âmbito interno, também derivado da falta de planejamento estratégico. Destacam-se os altos índices de emissão de gases poluentes ao meio ambiente e a falta de um ministério de meio ambiente que possa arcar com a especificidade de sustentabilidade doméstica do país.

A Índia, participante do grupo, tem sido a mais promissora do BRICS na questão do desenvolvimento sustentável, sendo possuínte de um planejamento estratégico têm-se como exemplo a criação por parte do governo indiano da Coalizão para a Economia Verde (CEV), na qual acelera a transição da economia verde inclusiva. No país há a possibilidade de alcançar o pleno desenvolvimento sustentável desde que amenize seus problemas sociais e adote políticas de accountability⁷ no enfrentamento da corrupção (CAVALCANTI, 2018, p.20).

Em relação à China, esta possui muitos problemas sociais internos como desigualdade social, elevada corrupção, além da super poluição ambiental derivada da industrialização. O país possui uma gama de políticas internas que incentivam a

⁷Accountability é um termo utilizado para se referir a um conjunto de práticas usadas por gestores para prestação de contas e responsabilização de ações.

diminuição da emissão gasosa poluente, tendo-se um plano de investimento em economia verde no valor de US\$300 bilhões.

A África do Sul, internamente apresenta muitos problemas sociais assim como os outros países do grupo, porém questões estas que se superadas possuem a possibilidade de alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio de arranjos institucionais que estimulem o planejamento estratégico e investimento em sustentabilidade.

Neste viés, é visto que cada um dos países componentes possui suas particularidades e objetiva alcançar suas metas para um desenvolvimento que se parelhe à sustentabilidade, incluindo de forma a abarcar a sociedade civil juntamente com as organizações internacionais em busca de uma agenda sustentável, alinhando os objetivos comuns do conjunto. Desse modo, foi criado em 2014, especificamente na VI Cúpula do grupo ocorrida no Brasil, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) do BRICS.

O Banco possui sede definida em Xangai, na China, e tem como objetivo ser uma instituição financeira focada no desenvolvimento dos países emergentes do BRICS, com o intuito de financiar obras e projetos visando o crescimento conjunto dos membros através da disponibilidade de créditos. A criação da instituição foi fomentada por meio da percepção de que as principais instituições financeiras multilaterais (FMI e BM) existentes não estão conseguindo abarcar os interesses e a demanda total dos credores participantes.

O NBD em seu Estatuto de criação, é formado pela seguinte estrutura: Conselho de Governadores, Conselho de Diretores, Presidência e Vice-Presidência. Neste ordenamento, o Banco é constituinte enquanto pessoa de direito internacional, sendo de personalidade jurídica, capaz de fazer contratos e instaurar procedimentos legais.

Consequentemente, desde sua criação o NBD possuiu três presidentes, sendo o primeiro o indiano K. V. Kamath, seguido pelo brasileiro Marcos Troyjo que renunciou ao cargo em março deste ano (2023) e estando no mandato atual, a também brasileira e ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff.

Neste viés, será analisado na seção seguinte o discurso de posse da elegida Presidente, ao banco do NBD, declaração feita na sede em Xangai na China, no dia 13 de abril, com objetivo de identificar as propostas de mudanças na aplicação do

desenvolvimento sustentável dos países do BRICS, paralelamente aplicando a teoria semiolinguística do uso de estratégias discursivas de legitimidade de Patrick Charaudeau (2006).

2. O discurso de posse de Dilma Rousseff no NBD em uma análise das estratégias discursivas de Charaudeau

Segundo o linguista francês Patrick Charaudeau (2006), o discurso e a ação são fatores de uma troca social de interdependência recíproca, e para tanto, todo ato de linguagem é um agir sobre o outro, na qual, princípios de alteridade, influência e regulação são os norteadores da conversação. Considera-se que este ato de linguagem necessita de uma intenção ser seguida de um efeito para existir, dependendo da posição do sujeito falante e do sujeito alvo no discurso. Como por exemplo, em uma relação na qual o locutor possui um domínio de autoridade sobre o receptor, há uma influência que rege a relação de poder entre dominante e dominado. Essa relação linguagem-ação no discurso político, age da seguinte maneira:

“Em resumo, poderíamos dizer que o poder comunicacional é o que torna possível a construção de um espaço político ao colocar em cena a questão da legitimidade, e que o poder administrativo, ao se fundar sobre essa legitimidade, ao tirar partido de uma vontade popular, implementa um dispositivo de realização concreta do poder ao se impor às próprias pessoas que o fundaram.” (CHARAUDEAU, 2006, p.257)

Charaudeau (2006) aponta que há duas categorizações da linguagem política, sendo estas: o dizer político e o fazer político. O primeiro se refere ao passo em que a linguagem é dominante, na qual, estratégias (manipulação, promessas, ameaças, etc.) são usadas para impor uma opinião. O segundo é a ação na qual se exerce um poder de agir entre uma instância política e uma instância cidadã, como, por exemplo ações de sanção, reivindicação ou regulamentação. Desse modo, é visto que no campo político, a linguagem tem relação direta com a ação.

Para tanto, foram elaborados quatro tipos de estratégias de comunicação denominadas palavras, usadas pelos sujeitos políticos, sendo elas: palavra de promessa, palavra de decisão, palavra de justificação e palavra de dissimulação. Além disso, existem três tipos de condições na palavra política que ao analisar o discurso político como um produtor de relações de persuasão, necessita-se considerar: condições de simplicidade, condições de credibilidade e condições de dramatização.

Desse modo, a seguir serão explicadas cada uma dessas estratégias e condições de legitimidade e aplicadas no discurso de Dilma Rousseff no NBD, com o objetivo de compreender quais recursos linguísticos a mesma traz em seu discurso, ao explicar sua proposta de melhorias na aplicação do desenvolvimento sustentável do BRICS.

De acordo com Charaudeau (2006), a palavra de promessa leva à definição de uma idealidade social dentro de um sistema de valores. A promessa deve ter credibilidade para a instância social, isso faz com que o sujeito político crie uma imagem de si (*ethos*⁸) para a conquista do apoio público, apelando tanto para a razão quanto para a emoção. Dentro da governança esse tipo de palavra age de modo sutil, porém, fora da governança atua parecido como um profetismo.

A palavra de decisão é fundada em uma posição de legitimidade, geralmente em um cenário de desordem, na qual, o sujeito político precisa intervir fazendo uma afirmação decisória que determinará as medidas cabíveis.

A palavra de justificação é usada quando há necessidade de uma relegitimação e justificação de ações e posições anteriores que estão sendo questionadas. Aparece quando precisa “relembrar” a razão de certa ação.

A palavra de dissimulação é feita pelo ator político por meio de três itens: as críticas de seus adversários, os efeitos perversos da informação midiática e os movimentos sociais que devem tentar antecipar e neutralizar. Usa-se esse recurso de forma atrelada à mentira na política.

Em relação às condições da palavra política, Charaudeau (2006) afirma que as condições de simplicidade se referem à quando o ator político deve reconhecer o grande denominador comum das ideias do grupo ao qual ele se dirige. Portanto, há duas formas de se atingir essa condição de simplicidade, de modo a simplificar ideias e o raciocínio. O primeiro significa uma redução na complexidade do discurso às expressões simples e

⁸ Segundo Charaudeau – especialista e teórico fundador da Teoria Semiociológica de Análise do Discurso, o termo *ethos* é a estratégia discursiva, na qual o locutor busca construir uma imagem de si atrelado às emoções para conquistar e influenciar o ouvinte.

de fácil entendimento. O segundo significa usar a razão para explicar uma veracidade de forma simplificada, como, por exemplo, o uso de analogias.

Nas condições de credibilidade o sujeito político possui a necessidade de construir uma imagem de si, um *ethos*, como um suporte de identificação para o ouvinte. Esse *ethos* pode ser como, por exemplo: de lucidez (“tenho consciência de que...”), de engajamento (“eu vos ouvi, e me engajo a mudar a política”), de autoridade (“é enquanto eleito, representante do povo, que eu peço a responsabilização do Presidente da República”) ou de virtude (“vocês me conhecem, e todos aqueles que me conhecem sabem que eu nunca busquei enriquecimento pessoal”) (CHARAUDEAU, 2006, p.266).

Por último, nas condições de dramatização, são como o próprio nome diz, o sujeito político é conduzido a empregar palavras e argumentos emocionantes em seus discursos de certa forma dramatizados.

Os trechos da análise a seguir, foram retirados do discurso ⁹de posse presidencial de Dilma Rousseff no Novo Banco de Desenvolvimento, celebração que ocorreu em 13 de abril de 2023 na sede do banco em Xangai na China. O exame tem como objetivo compreender quais são as propostas de melhorias para o desenvolvimento sustentável do bloco BRICS ao mesmo tempo em que se identifica as estratégias discursivas por Charaudeau que são utilizadas.

Em primeiro momento do discurso, Dilma Rousseff diz:

Reafirmo aqui o compromisso do Banco dos BRICS, do NBD, na mobilização de recursos para investimento em energia limpa e eficiente, infraestrutura de transporte, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e infraestrutura digital. O Banco dos BRICS é uma instituição parceira do Brasil e de todos os países membros, com o objetivo de combater a pobreza, superar as desigualdades e promover um desenvolvimento compartilhado, que enseja um mundo mais próximo e sustentável para todos, numa organização internacional multilateral e multipolar. (ROUSSEFF, 2023 [grifos da autora])

⁹ O discurso está disponível em formato audiovisual e possui 15 minutos de duração, para fins de análise o mesmo foi transcrito na íntegra pela autora do texto.

Veja que ocorre o uso estratégico da palavra de justificação, ao passo que Dilma Rousseff reafirma o papel do NBD com o compromisso em desenvolvimento sustentável nos países BRICS, ao buscar mobilizar maneiras de investimento que parelhe à sustentabilidade.

Subsequentemente em seu discurso Dilma Rousseff manifesta:

De um lado, ampliamos o número de países membros, como eu já relatei aqui. Por outro lado, estamos fortalecendo nossa plataforma financeira de cooperação, do saneamento à infraestrutura social e digital, nós temos um elenco de projetos, que é apresentado como sendo o nosso grande portfólio atual. Trabalhamos em estreita colaboração com os governos para identificar as áreas de grande necessidade e oportunidade financiando aqueles projetos que são maus críticos e estratégicos. **De forma análoga, vamos desenvolver modelos de financiamento inovadores capazes de levantar recursos públicos e privados para obter o máximo impacto. Captaremos recursos dos mais diversos mercados mundiais em diferentes moedas como renmimbi, dólar e euro. Buscaremos ainda financiar os nossos projetos em moedas locais, privilegiando os mercados domésticos e diminuindo a exposição às variações cambiais, nosso objetivo é construir alternativas financeiras robustas para os países membros.** (ROUSSEFF, 2023 [grifos da autora])

Nestes dois grifos do trecho, Rousseff faz uso estratégico da palavra de promessa, ao recorrer às expressões verbais que se referem ao ato de prometer tais ações, como, por exemplo, “vamos desenvolver”, “captaremos” e “buscaremos” com o intuito de construir uma imagem de credibilidade para a conquista do apoio público.

No seguinte parágrafo, é apontado:

Outra oportunidade, será promover a inclusão em toda e qualquer oportunidade que tivermos. A inclusão e a questão da desigualdade é um desafio central dos países do BRICS, o NBD apoia projetos que sejam críticos, portanto, para reduzir a desigualdade e melhorar o padrão de vida das imensas comunidades pobres e excluídas do acesso garantindo acesso à moradia, à educação e à saúde. **O banco dos BRICS não pode agir sozinho, a gente precisa de parcerias, a gente precisa agir conjuntamente, não só com os países membros, sobretudo com eles, mas queremos buscar e construir parcerias com os bancos nacionais de desenvolvimento, aqui no caso, eu vou me referir especificamente ao banco de desenvolvimento do Brasil (BNDES), como um exemplo das muitas parcerias que queremos com os bancos nacionais de desenvolvimento.** Queremos também, compartilhar e fazer parcerias com os demais bancos multilaterais, instituições financeiras e agências das Nações Unidas. (ROUSSEFF, 2023 [grifos da autora])

Desse modo, Rousseff explica que o NBD não consegue agir completamente sozinho e reforça a necessidade de parcerias externas, para possíveis acordos. Portanto, é usado o recurso da palavra de justificação e decisão ao relembrar a precisão de alianças com outros bancos de desenvolvimento e confirmá-la dispondo uma parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil.

No trecho seguinte, há o uso de duas condições postuladas por Charaudeau (2006):

Nós precisamos de ter iniciativas no sentido de compartilhar uma visão de desenvolvimento comum entre nós. **Como presidente do banco vou envidar com maiores esforços para mobilizar os recursos necessários para que o NBD cumpra sua missão na escala e na forma esperada, isso significa dar grande prioridade ao levantamento de fundos próprios para o financiamento desses projetos, países e entidades.** (ROUSSEFF, 2023, [grifos da autora])

Somente conseguiremos alcançar nossos objetivos com o apoio dos conselhos de ministros de finanças e diretores, bem como a dedicação e o trabalho de nossos presidentes e de todos os funcionários do banco, conto com cada um de vocês. (ROUSSEFF, 2023, [grifos da autora])

No primeiro grifo é usada a condição de credibilidade pelo fato que Rousseff formula para o público ouvinte uma imagem de si como um ethos de engajamento ao se propor empenhar os maiores esforços como presidente para que o NBD desempenhe inteiramente seu papel. Já no segundo trecho, percebe-se o uso da condição de simplicidade, conforme a presidente expressa reconhecimento de que para conseguir alcançar os objetivos durante seu mandato, isso só será possível com a ajuda dos conselhos de ministros de finanças, diretores, presidentes, funcionários, etc.

Subsequentemente no discurso, destacam-se estes três trechos:

(1) Da minha parte pretendo trabalhar ativamente para fazer do banco do BRICS uma instituição que valorize, promova e desenvolva os talentos dos seus funcionários e apoie os membros e os países em desenvolvimento.

(2) Juntos podemos construir um futuro mais justo e mais próspero para as pessoas dos países a quem servimos.

(3) Mais uma vez quero dizer que me sinto profundamente honrada por ser a presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento e estimulada com a oportunidade de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, da redução das desigualdades sociais, étnicas e de gênero, do crescimento econômico e da geração de emprego dos nossos países membros. (ROUSSEFF, 2023, [grifos da autora])

Nesta parte do discurso, (1) Rousseff aponta como pretende executar seu novo papel como presidente do banco, se comprometendo com o cargo, configurando uma palavra de promessa. Em seguida, (2) é empregada uma visão de um futuro justo e próspero, apelando para a argumentação emotiva, portanto, sendo usada a palavra de dramatização. No último trecho, (3) há a construção de uma imagem da presidente ao passo que a mesma afirma que irá trabalhar ativamente para que o NBD tenha um desenvolvimento em âmbito interno, ou seja, recorre-se para o uso da palavra de promessa.

Desse modo, é visto que Dilma Rousseff busca, muitas vezes, prometer mudanças durante seu mandato no NBD - o que não é de muita estranheza, como ocorre na maioria das vezes de eleitos a cargos de grande importância. É perceptível também que o uso da palavra de promessa, como apontado por Charaudeau (2006), é um recurso que objetiva conquistar o apoio público e a formação da credibilidade. Esta credibilidade também tem peso ao se usar a condição de simplicidade, reconhecendo a ação coletiva que está ao seu redor.

Considerações Finais/ Conclusão

Esta pesquisa objetivou analisar o discurso de Dilma Rousseff na cerimônia de posse presidencial no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) para identificar quais eram os fomentos de mudanças no desenvolvimento sustentável dos países membros do BRICS, e ao final visava aplicar de forma detalhada as estratégias discursivas formuladas por Charaudeau (2006) que foram utilizadas por Dilma Rousseff.

Desse modo, por meio de uma revisão bibliográfica, foram traçadas as características e diferenciações da Política Externa compreendida de 1995 no Governo FHC à 2016 no Governo Rousseff, que teve como resultado uma sucessão de políticas internas e externas da posição do Brasil no plano internacional. Em sequência, também por meio de revisão bibliográfica de artigos, houve um delineamento da criação do bloco BRICS e os impasses da aplicabilidade do desenvolvimento sustentável que os países membros (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) enfrentam. Além da explanação sobre a fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e seus objetivos de criação.

Desse modo, como produto da análise do discurso de Dilma, destaca-se a busca por melhorias nos mais diversos campos de infraestrutura, como - de transporte, hídrica, de saneamento, social e digital. - que é necessário na maioria dos países membros do BRICS, principalmente na África do Sul e no Brasil, estes que necessitam de arranjos institucionais abrangentes em relação às demandas sociais. É destacado também no discurso, que projetos de cooperação entrariam em processo, de forma a tencionar a formação de maiores coalizões entre os países, visto que isto incentiva o entrelaçamento político-econômico entre eles. Além disso, por meio das estratégias discursivas de Charaudeau (2006), foi visto que Dilma Rousseff utiliza muito de palavras de promessa e condições de credibilidade para dar enfoque em seu planejamento de ação no NBD, fato que não difere muito em relação aos discursos de posse comumente feitos em cerimônias importantes.

Referências

CAVALCANTI, R. P. Desenvolvimento sustentável: uma análise a partir da perspectiva dos BRICS. **Revista Secr. Trib. Perm.**, v.6, n.11, p.109-133, 2018.

CHARAUDEAU, P. Discurso Político. In: *Análise do Discurso: Gênero, Comunicação e Sociedade*. Belo Horizonte: **UFMG**, p. 251-268, 2006.

Conheça os BRICS. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>> Acesso em: 10 maio 2023.

História - Rio-92. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, ed. 56, 2009.

LAFER, C. Relações Internacionais, política externa e diplomacia brasileira: pensamento e ação. Brasília: **FUNAG**, v. 2, p.333, 2018.

MARIANO, M. P. et. Al. A cooperação sul-sul na política externa brasileira dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. In: **VIII Congresso Latino-americano de Ciência Política**, Peru, p.1-14, 2015.

NETO, J. B. de. O. A política externa brasileira de Lula (2007-2010) e de Dilma (2011-2014): da ascensão ao declínio internacional. Brasília: **Universidade de Brasília**, p. 18, 2016. PODER360. Assista à íntegra do discurso de Dilma no Banco dos Brics. Youtube, 13 abr 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xz1Ti6CK8wc>>. Acesso em: 27 maio 2023.

RIBEIRO, A. de. J. A. Política externa brasileira no Governo Dilma Rousseff: análise econômica com foco na política externa. **Repositório UNINTER**, p.5, 2017.

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. Rio de Janeiro: **Contexto Internacional**, v. 37, n.1, p.255-287, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100008>

RUSSEL, R. Política exterior y toma de decisiones en América Latina. Buenos Aires: **Grupo Editor Latinoamericano**, 1990.

STEVANATO, A. M. dos. S. De BRIC à BRICS: a inclusão da África do Sul no foro político diplomático. Brasília: **Universidade de Brasília**, p. 1-30, 2016.

SIMÃO, A. R. F. A diplomacia presidencial e o processo de inserção internacional do Brasil: um estudo da política externa do Governo de Fernando Henrique Cardoso. In: **XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, p.4, 2009.

THOMAS, J. A. Desenvolvimento sustentável: o que é, quando surgiu o termo e quais seus objetivos. **Um Só Planeta**, 27 jul. 2021.